



3 DE FEVEREIRO DE 1874



442313

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA

PSICÓLOGO JUDICIÁRIO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 70 questões objetivas, e o caderno de prova discursiva.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e discursiva é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova discursiva, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

Leia o texto para responder às questões **01** e **02**:

Fabiano ia satisfeito. Sim senhor, arrumara-se. Chegara naquele estado, com a família morrendo de fome, comendo raízes. Caíra no fim do pátio, debaixo de um juazeiro, depois tomara conta da casa deserta. Ele, a mulher e os filhos tinham-se habituado à camarinha¹ escura, pareciam ratos – e a lembrança dos sofrimentos passados esmorecera.

Pisou com firmeza no chão gretado², puxou a faca de ponta, esgaravato³ as unhas sujas. Tirou do aió⁴ um pedaço de fumo, picou-o, fez um cigarro com palha de milho, acendeu-o ao binga⁵, pôs-se a fumar regalado⁶.

— Fabiano, você é um homem, exclamou em voz alta.

Conteve-se, notou que os meninos estavam perto, com certeza iam admirar-se ouvindo-o falar só. E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. Vermelho, queimado, tinha os olhos azuis, a barba e os cabelos ruivos; mas como vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios, descobria-se, encolhia-se na presença dos brancos e julgava-se cabra.

Olhou em torno, com receio de que, fora os meninos, alguém tivesse percebido a frase imprudente. Corrigiu-a, murmurando:

— Você é um bicho, Fabiano.

Isto para ele era motivo de orgulho. Sim senhor, um bicho, capaz de vencer dificuldades.

(Graciliano Ramos, *Vidas Secas*)

Glossário:

¹ *Camarinha*: quarto de dormir

² *Gretado*: rachado

³ *Esgaravato*: limpou

⁴ *Aió*: bolsa para caçada

⁵ *Binga*: isqueiro rudimentar

⁶ *Regalado*: prazeroso

01. Fabiano é descrito pelo autor como

- (A) um homem rústico, orgulhoso de sua capacidade de superar problemas apesar de se inferiorizar.
- (B) um homem orgulhoso de sua capacidade de transpor dificuldades, razão por que subestima os brancos.
- (C) um simples cabra à deriva em terras estranhas, o que o envergonhava, sobretudo diante dos seus filhos.
- (D) um homem disperso e pretensioso, que vive em caminhada constante para ocupar terras alheias.
- (E) um homem soberbo, que desqualifica a vida simples do sertão e se mostra inapto para aí sobreviver.

02. Considerando as informações do texto, é correto afirmar que a coerência se altera com a reescrita da passagem:

- (A) Caíra no fim do pátio, debaixo de um juazeiro, depois tomara conta da casa deserta. (1º parágrafo) → Caíra no fim do pátio, sob um juazeiro, posteriormente tomara conta da casa deserta.
- (B) E, pensando bem, ele não era homem: era apenas um cabra ocupado em guardar coisas dos outros. (4º parágrafo) → E, pensando bem, ele não era homem: era tão somente um cabra ocupado em guardar coisas alheias.
- (C) Chegara naquele estado, com a família morrendo de fome, comendo raízes. (1º parágrafo) → Tinha chegado naquele estado, com a família passando muita fome, comendo raízes.
- (D) Olhou em torno, com receio de que, fora os meninos, alguém tivesse percebido a frase imprudente. (5º parágrafo) → Olhou ao redor, com receio de que, além dos meninos, alguém tivesse percebido a frase imprudente.
- (E) Conteve-se, notou que os meninos estavam perto, com certeza iam admirar-se ouvindo-o falar só. (4º parágrafo) → Sofreu-se, percebeu que os meninos estavam perto, com certeza iam admirá-lo ouvindo-o falar só.

Leia o texto para responder às questões de **03** a **07**:

Prefiro a prosa ao verso, como modo de arte, por duas razões, das quais a primeira, que é minha, é que não tenho escolha, pois sou incapaz de escrever em verso. A segunda, porém, é de todos, e não é — creio bem — uma sombra ou disfarce da primeira. Vale pois a pena que eu a esfie, porque toca no sentido íntimo de toda a valia da arte.

Considero o verso como uma coisa intermédia, uma passagem da música para a prosa. Como a música, o verso é limitado por leis rítmicas, que, ainda que não sejam as leis rígidas do verso regular, existem todavia como resguardos, coações, dispositivos automáticos de opressão e castigo. Na prosa falamos livres. Podemos incluir ritmos musicais, e contudo pensar. Podemos incluir ritmos poéticos, e contudo estar fora deles. Um ritmo ocasional de verso não estorva a prosa; um ritmo ocasional de prosa faz tropeçar o verso.

[...]

Creio bem que, num mundo civilizado perfeito, não haveria outra arte que não a prosa. Deixaríamos os poetas aos mesmos poetas, cuidando apenas, em arte, de os compreender verbalmente, assim os transmitindo em música inteligível de cor. Não faríamos escultura dos corpos, que guardariam próprios, vistos e tocados, o seu relevo móbil e o seu morno suave. Faríamos casas só para morar nelas, que é, enfim, o para que elas são. A poesia ficaria para as crianças se aproximarem da prosa futura; que a poesia é, por certo, qualquer coisa de infantil, de mnemônico, de auxiliar e inicial.

(Fernando Pessoa; Bernardo Soares. *Livro do Desassossego*. 2013. Adaptado)

03. O autor, ao discorrer por que prefere a prosa ao verso, deixa claro que este
- (A) está subordinado a leis rítmicas que lhe trazem limitações.
 - (B) permite a clareza do pensamento e a expressão livre.
 - (C) expressa as ideias com mais liberdade do que aquela.
 - (D) corresponde à forma do mundo civilizado perfeito.
 - (E) compensa as limitações da prosa para dar vida às ideias.
04. As informações do texto permitem inferir que, do ponto de vista do autor, a
- (A) prosa e o verso são formas menores de arte genuína.
 - (B) prosa é uma forma de expressão superior ao verso.
 - (C) poesia extrapola o aspecto relacionado à ludicidade.
 - (D) poesia e a prosa são modos de arte interdependentes.
 - (E) prosa desconstrói a forma objetiva de ver a realidade.
05. Na passagem do 1º parágrafo – Vale pois a pena que eu a esfie, porque toca no sentido íntimo de toda a valia da arte. –, o termo destacado mantém relação coesiva com a expressão
- (A) “a prosa”.
 - (B) “a primeira”.
 - (C) “uma sombra”.
 - (D) “A segunda”.
 - (E) “escolha”.
06. Na passagem do 2º parágrafo – **Como** a música, o verso é limitado por leis rítmicas, que, **ainda que** não sejam as leis rígidas do verso regular, existem **todavia** como resguardos, coações, dispositivos automáticos de opressão e castigo. –, as expressões destacadas contribuem para a progressão textual, estabelecendo entre as orações, correta e respectivamente, relações de sentido de:
- (A) conformidade, causa e conclusão.
 - (B) conformidade, causa e oposição.
 - (C) comparação, finalidade e causa.
 - (D) causa, condição e conclusão.
 - (E) comparação, oposição e oposição.

07. Nas passagens – ... e não é – **creio bem** – uma sombra ou disfarce da primeira. (1º parágrafo) – e – **Creio bem** que, num mundo civilizado perfeito... (3º parágrafo) –, as expressões destacadas
- (A) relativizam a importância que o autor atribui às formas de expressão.
 - (B) traduzem, com informações factuais, a relação estabelecida entre verso e prosa.
 - (C) circunscrevem as informações ao ponto de vista subjetivo do autor.
 - (D) concorrem para fortalecer a relevância que o verso assume frente à prosa.
 - (E) explicitam a ideia do autor de que é impossível comparar prosa e poesia.

Leia o texto para responder às questões de 08 a 11:

Medo de adversidades climáticas tem de ser ressignificado em tempos de ecoansiedade

A ecoansiedade é o medo persistente de um colapso ambiental. Isso tem se tornado uma preocupação crescente, principalmente entre crianças e adolescentes. Mudanças climáticas, poluição e perda de biodiversidade estão mais evidentes. A atual juventude tem mais consciência quanto às questões ambientais que assolam o planeta. Entretanto, sentimentos de ansiedade, tristeza e impotência têm acompanhado tal percepção. Nesse cenário, familiares e educadores desempenham um papel fundamental para ajudar crianças e jovens a lidar com esses sentimentos, transformando o medo em ação e esperança.

Diferentemente de outros transtornos psiquiátricos, a ecoansiedade ainda não recebeu um diagnóstico clínico oficial. Contudo, seus efeitos são reais e significativos. Um estudo global publicado na revista *The Lancet*, em 2021, revelou que 59% dos jovens entre 16 e 25 anos estão preocupados com as mudanças climáticas. Muitos ainda relataram dificuldades ao imaginar um futuro cuja perspectiva fosse positiva. Tais sintomas são comumente identificados em países vulneráveis aos impactos ambientais. O Brasil é um dos lugares mais afetados por cataclismos ambientais, devido à ocorrência de enchentes, de queimadas e de secas.

Essa alteração no padrão de comportamento de jovens em todo o mundo exige uma abordagem sensível e prática de familiares e educadores. É um compromisso social validar tais problematizações. Muitas vezes, as queixas dessa população são minimizadas com expressões como “não se preocupe” ou “você é muito jovem para pensar nisso”. Tal reação gera frustração, isolando-os ainda mais. A empatia reforça a audiência desses indivíduos e lhes dá uma resposta que reconhece a seriedade das suas sensações. Frases como “entendo o que você está sentindo” ou “vamos pensar juntos em como podemos contribuir para a construção de um mundo melhor” ajudam a construir diálogos e criar vínculos emocionais mais consistentes.

(Opinião. <https://www.estadao.com.br/opiniao>, 02.02.2025. Adaptado)

08. O texto deixa evidente que as crianças e os jovens

- (A) passam a desenvolver a ecoansiedade em razão de expressões como “não se preocupe” ou “você é muito jovem para pensar nisso”, mas raramente são tratados, uma vez que ela ainda não recebeu um diagnóstico clínico oficial.
- (B) encontram na ecoansiedade uma forma de enfrentar as dificuldades ao imaginar um futuro cuja perspectiva seja positiva, o que se reforça com a ideia presente em “vamos pensar juntos em como podemos contribuir para a construção de um mundo melhor”.
- (C) conseguem enfrentar a ecoansiedade de modo mais eficiente, apesar das evidências das mudanças climáticas, diferentemente do que acontece com as pessoas mais velhas, conforme estudo global publicado na revista *The Lancet*, em 2021.
- (D) têm grandes expectativas em relação ao futuro, o que faz com que a ecoansiedade se dissemine menos entre eles, sobretudo porque ignoram as ideias subjacentes a expressões como “não se preocupe” ou “você é muito jovem para pensar nisso”.
- (E) estão vulneráveis aos problemas climáticos, do que decorre um novo transtorno psiquiátrico denominado ecoansiedade, que requer de familiares e educadores momentos de interação que ajudem a construir diálogos e criar vínculos emocionais mais consistentes.

09. Considere as passagens do texto:

- A atual juventude tem mais consciência quanto às questões ambientais que **assolam** o planeta. (1º parágrafo)
- Tais sintomas são comumente identificados em países **vulneráveis** aos impactos ambientais. (2º parágrafo)
- Essa alteração no padrão de comportamento de jovens em todo o mundo exige uma abordagem **sensível** e prática de familiares e educadores. (3º parágrafo)
- A empatia reforça a **audiência** desses indivíduos e lhes dá uma resposta que reconhece a seriedade das suas sensações. (3º parágrafo)

Os termos destacados nas passagens significam, correta e respectivamente:

- (A) arrasam; suscetíveis; solidária; fragilidade.
- (B) afetam; alheios; emergencial; compreensão.
- (C) prejudicam; vitimados; dolorosa; comunicação.
- (D) destroem; sujeitos; compreensiva; atenção.
- (E) atingem; frágeis; intempestiva; expectativa.

10. A relação em que o primeiro termo é um hiperônimo e o segundo um hipônimo está corretamente estabelecida entre os termos destacados em:

- (A) Essa alteração no padrão de **comportamento** de jovens em todo o mundo exige uma **abordagem** sensível e prática de familiares e educadores. (3º parágrafo)
- (B) Tais sintomas são comumente identificados em **países** vulneráveis aos impactos ambientais. O **Brasil** é um dos lugares mais afetados por cataclismos ambientais... (2º parágrafo)
- (C) Mudanças **climáticas**, poluição e perda de biodiversidade estão mais evidentes. A atual juventude tem mais consciência quanto às questões **ambientais**... (1º parágrafo)
- (D) A **ecoansiedade** é o medo persistente de um colapso ambiental. **Isso** tem se tornado uma preocupação crescente, principalmente entre crianças e adolescentes. (1º parágrafo)
- (E) Diferentemente de outros **transtornos** psiquiátricos, a ecoansiedade ainda não recebeu um diagnóstico clínico oficial. Contudo, seus **efeitos** são reais e significativos. (2º parágrafo)

11. Assinale a alternativa em que a frase atende à norma-padrão, considerando-se os aspectos de concordância, regência, emprego de pronomes e colocação pronominal.

- (A) Números expressivos de crianças e jovens com ecoansiedade tem mobilizado familiares e educadores para que acolham-os. Bastantes queixas de crianças e jovens são minimizadas, o que causa-os frustração.
- (B) Números expressivos de crianças e jovens com ecoansiedade têm mobilizado familiares e educadores para que lhes acolham. Bastantes queixas de crianças e jovens são minimizadas, o que lhes causa frustração.
- (C) Números expressivos de crianças e jovens com ecoansiedade têm mobilizado familiares e educadores para que os acolham. Bastantes queixas de crianças e jovens são minimizadas, o que lhes causa frustração.
- (D) Números expressivos de crianças e jovens com ecoansiedade tem mobilizado familiares e educadores para que acolham-nos. Bastante queixas de crianças e jovens são minimizadas, o que causa frustração a eles.
- (E) Números expressivos de crianças e jovens com ecoansiedade têm mobilizado familiares e educadores para que acolham a eles. Bastante queixas de crianças e jovens são minimizadas, o que os causa frustração.

12. A educação para o desenvolvimento sustentável deve levar ao pensamento crítico transformador, e não _____ sensação de culpa _____. Frases como “faça a sua parte” ou “feche a torneira para não acabar com a água do planeta” _____ criar na criança um sentimento de culpa, que leva _____ uma ação “vazia” e sem muita reflexão, que, por muitas vezes não traz um resultado transformador. Ou seja, a criança faz a parte dela e fecha a torneira, no entanto, continua testemunhando e muitas vezes até mesmo _____ com calamidades ambientais. Isso gera um sentimento de impotência, frustração e medo.

(Medo de adversidades climáticas tem de ser ressignificado em tempos de ecoansiedade. Opinião. <https://www.estadao.com.br/opiniaio>, 02.02.2025. Adaptado)

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) à ... paralisante ... podem ... a ... perturbada
- (B) a ... paralizante ... pode ... à ... perturbada
- (C) à ... paralizante ... podem ... a ... perturbada
- (D) a ... paralisante ... podem ... a ... perturbada
- (E) à ... paralizante ... pode ... à ... perturbada

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

13. Com base na obra *Quando os pais se separam* (1989), de Françoise Dolto, assinale a alternativa que melhor reflete a visão da autora sobre como os pais devem lidar com a separação para minimizar os impactos emocionais negativos na criança.
- (A) Evitar abordar o conflito conjugal no ambiente doméstico, a fim de proteger a criança contra qualquer tipo de informações que possam lhe causar sofrimento emocional.
 - (B) Assegurar à criança que ela poderá escolher com qual dos pais deseja morar, garantindo sua autonomia e senso de decisão.
 - (C) Priorizar as necessidades emocionais dos pais durante a separação, dado que a estabilidade dos adultos garante a estabilidade da criança.
 - (D) Evitar estabelecer relações afetivas com um terceiro, de modo a não sobrecarregar as demandas afetivas sobre a criança.
 - (E) Explicar a separação de forma honesta e adaptada à idade da criança, assegurando que ela compreenda que não é responsável pelo término da relação.

14. Lucas tem 11 anos e seus pais se separaram há um ano. Desde então, ele passa uma semana na casa de cada um. Recentemente, Lucas começou a esquecer itens importantes, como materiais escolares ou roupas, quando transita entre as casas. Seus pais frequentemente se culpam mutuamente por esses esquecimentos, o que deixa Lucas ainda mais inseguro.

Com base na obra *Quando os pais se separam*, de Françoise Dolto (1989), diante dessa situação, é recomendável que os pais

- (A) criem uma lista conjunta com Lucas para ajudá-lo a lembrar do que ele precisa levar, incentivando-o a organizar suas coisas antes de transitar entre as casas.
 - (B) deleguem a responsabilidade sobre seus pertences a Lucas, explicando que ele já tem idade suficiente para organizar tudo sozinho, sem interferência dos pais.
 - (C) organizem os itens para Lucas, dado que é responsabilidade de cada genitor evitar preocupações dispensáveis para seu filho.
 - (D) comprem itens duplicados para ambas as casas, eliminando a necessidade de Lucas transportar qualquer coisa entre os dois lares.
 - (E) compreendam que Lucas pode precisar de mais tempo para se adaptar, sem exigir dele maior autonomia nesse período de transição.
15. Com base no capítulo “Avaliação de suspeita de violência sexual”, de Pelisoli e Rovinski, incluído na obra *Avaliação psicológica no contexto forense* (2020, Hutz et al.), assinale a alternativa que reflete a abordagem defendida pelas autoras para lidar com esses casos.
- (A) Considerar que o relato da criança pode estar contaminado por influências externas e descartar as entrevistas como método avaliativo para evitar informações baseadas em memórias falsas.
 - (B) Tratar os testes psicológicos como suficientes para confirmar ou descartar a suspeita, dado que via de regra são imunes à manipulação consciente por parte do examinando, seja adulto ou criança.
 - (C) Priorizar o relato da criança como elemento central do processo avaliativo, evitando entrevistar ou usar outras técnicas com a finalidade de avaliar psicologicamente o suposto agressor.
 - (D) Reconhecer que não existem instrumentos padronizados específicos para avaliar suspeitas de violência sexual, mas utilizar métodos complementares para construir uma análise mais robusta.
 - (E) Utilizar bonecos sexualizados como ferramenta principal para validar o relato da criança, pois eles permitem identificar indícios de violência com maior clareza quando a vítima não dispõe de repertório suficiente para relatar o evento.

16. A legislação sobre práticas do abrigo e dos serviços de acolhimento institucional determina que
- (A) o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar seja de competência exclusiva dos operadores da assistência social.
 - (B) deve haver a reavaliação da situação de toda criança ou adolescente acolhido no máximo a cada três meses.
 - (C) a necessidade de extensão da permanência de criança ou adolescente em programa de acolhimento institucional deverá ser decidida pelo gestor do serviço de acolhimento.
 - (D) sejam fixados os tempos máximos de 18 meses para o acolhimento institucional de crianças de até 12 anos e de 24 meses para adolescentes.
 - (E) as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas ao Conselho Tutelar.
17. João, de 8 anos, foi acolhido institucionalmente há duas semanas, após ser constatado que vivia em um ambiente de negligência e violência familiar. Durante o acompanhamento no abrigo, foram observadas dificuldades da criança em estabelecer vínculos afetivos com os cuidadores e retraimento em atividades coletivas. De acordo com a obra *O acolhimento institucional na perspectiva da criança*, de Rossetti, Serrano e Almeida (2011), nesse contexto seria fundamental
- (A) substituir o acolhimento institucional por acolhimento familiar, de modo a oferecer uma abordagem mais individualizada às dificuldades da criança.
 - (B) priorizar ações educativas que reforcem positivamente as habilidades sociais de João e corrijam seu comportamento retraído.
 - (C) levar em conta essas observações na realização do Plano de Atendimento Singular (PAS) de João, em elaboração ou futuro.
 - (D) compreender que tais condutas são próprias do modo de ser de João e que respeitá-las é, de fato, colocar essa criança numa posição de sujeito de direitos.
 - (E) encaminhar João com urgência para uma audiência concentrada, para a realização de uma avaliação multidisciplinar das condições psicológicas de João.
18. Maria, uma criança de 4 anos, frequentemente escuta de sua mãe a afirmação de que ela abandonará o lar caso a menina não se comporte de maneira adequada. Maria tende a não explorar o mundo, a permanecer junto à mãe e a chorar intensamente quando percebe que sua mãe vai sair. Com base na teoria do apego, descrita na obra *Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego*, de John Bowlby, tal atitude materna poderá levar Maria a desenvolver um padrão de apego
- (A) reativo, pois Maria reage a condutas da mãe que não levam em conta as suas próprias necessidades emocionais.
 - (B) seguro, pois a mãe de Maria transmite informações claras sobre as consequências das ações da criança.
 - (C) evitante, pois Maria tende a se sentir rejeitada pela mãe quando se aproxima da figura materna e evita separar-se dela.
 - (D) desorganizado, na medida em que o comportamento de Maria diante da possibilidade de abandono pela mãe a leva a condutas um tanto erráticas.
 - (E) resistente à ansiedade, pois Maria se sente insegura quanto à disponibilidade da mãe e reluta em separar-se dela.
19. Ao tratar do desenvolvimento da personalidade de uma criança, John Bowlby (2023) considera que
- (A) o desenvolvimento da personalidade constitui uma tendência inata de todo indivíduo e se dá de acordo com estágios definidos.
 - (B) cada criança conta com uma matriz individual e singular de vias de potenciais para o desenvolvimento saudável ou não saudável da personalidade.
 - (C) padrões de apego patológicos tendem a se resolver de forma satisfatória diante de interações saudáveis do indivíduo com seus pares na adolescência.
 - (D) crianças cujos pais satisfizeram plenamente as necessidades emocionais na primeira infância podem se tornar excessivamente dependentes em suas relações interpessoais.
 - (E) a capacidade de mudança no curso do desenvolvimento se mantém a mesma independentemente do estágio de vida do indivíduo.

20. Durante uma prática de Justiça Restaurativa, foi realizado um círculo restaurativo envolvendo um adolescente, que havia cometido vandalismo em uma escola, o diretor da instituição e representantes da comunidade local. Durante o círculo, o adolescente reconheceu sua responsabilidade, explicou os motivos de sua ação e concordou em reparar os danos causados, incluindo ajudar na pintura das áreas danificadas e participar de atividades comunitárias. Com base nos princípios descritos por Howard Zehr na obra *Justiça restaurativa* (2012), o objetivo principal desse processo é
- (A) permitir que as partes envolvidas expressem suas necessidades e participem da solução para reparar o dano e restaurar as relações.
 - (B) criar um registro legal que possa ser utilizado futuramente para monitorar o comportamento do adolescente.
 - (C) reforçar a autoridade da escola ao estabelecer regras claras e inquestionáveis para o comportamento dos alunos.
 - (D) promover a reintegração do adolescente por meio de ações simbólicas, sem exigir uma reparação prática ou responsabilidade direta.
 - (E) garantir que o adolescente receba uma punição exemplar para evitar futuras infrações.
21. Joana, uma psicóloga forense, foi designada para entrevistar Ana, uma criança de 9 anos, envolvida em um processo de disputa de guarda entre seus pais. No caso, o pai alega que a mãe influencia negativamente a filha contra ele, enquanto a mãe afirma que o pai tem comportamentos agressivos. Durante a entrevista, Joana percebe que Ana demonstra sinais de desconforto ao abordar questões familiares, mas, ao mesmo tempo, apresenta descrições espontâneas de situações vividas com os pais. Joana precisa conduzir a entrevista de forma ética, respeitando os direitos e o bem-estar de Ana, além de minimizar possíveis influências externas sobre as respostas da criança. Na visão de Cattani (mencionada em Hutz e colaboradores, 2020), uma prática ética e técnica adequada à situação seria
- (A) seguir um roteiro de perguntas previamente estabelecido, para garantir que as informações coletadas estejam completas e sejam objetivas.
 - (B) evitar técnicas projetivas ou interações exploratórias, concentrando-se na obtenção de dados factuais que subsidiem as decisões a serem tomadas.
 - (C) explicar para Ana o motivo de ela estar ali, supondo que, pela idade, ela tem desenvolvimento cognitivo suficiente para entender a situação.
 - (D) apontar para Ana que ela deve dizer com qual dos pais ela prefere morar e os motivos para sua escolha, assegurando-lhe que sua opinião será decisiva para a definição do processo.
 - (E) explorar diretamente se Ana considera algum dos pais culpado pelos conflitos familiares, para obter informações claras e objetivas sobre a dinâmica entre os genitores.
22. Assinale a alternativa que apresenta uma condição legal que pode levar à perda do poder familiar.
- (A) Não pagamento de pensão alimentícia, seja qual for a condição financeira do genitor.
 - (B) Discordância entre os genitores sobre questões cotidianas da educação dos filhos.
 - (C) Ausência de contato regular entre os genitores e os filhos.
 - (D) Lesão corporal grave contra outro igualmente titular do mesmo poder familiar.
 - (E) Uso de métodos disciplinares ultrapassados, sem dano físico ou psicológico à criança.
23. Segundo Falcke, no capítulo 20 da obra *Avaliação psicológica no contexto forense* (Hutz et al., 2020), a violência doméstica
- (A) ocorre apenas entre cônjuges ou familiares com laços de consanguinidade, não sendo identificada nas relações entre outros participantes da vida familiar.
 - (B) se configura como episódios isolados na família, decorrentes de pressões pontuais, sem relação com as dinâmicas familiares propriamente ditas.
 - (C) implica um padrão sistemático de controle e intimidação, que pode incluir abuso psicológico, físico, sexual ou financeiro de pessoas consideradas como familiares.
 - (D) exige respeitar questões de ordem cultural, uma vez que o uso da violência é considerado um método educativo aceitável em determinadas culturas.
 - (E) é uma questão pertinente ao ambiente privado e como tal deve ser tratada por meio da realização de apoio psicológico ao grupo familiar.
24. Solange, mãe de Lara, em processo litigioso contra o ex-marido, solicita a guarda unilateral da menina. No contexto do litígio, surge a acusação, por parte de Solange, de que o pai da criança teria abusado sexualmente da filha. Segundo Pelisoli e Rovinski (em Hutz et al., 2020), na perícia psicológica voltada para o esclarecimento da denúncia, é recomendável que o psicólogo
- (A) converse com a criança em uma sala com muitos brinquedos e materiais de cores variadas, de modo a inseri-la em um ambiente lúdico e pouco ameaçador.
 - (B) evite entrevistar o suposto agressor porque seu discurso será inútil, por se mostrar defensivo ou contaminado por raiva e ressentimento.
 - (C) entreviste os cuidadores da criança, atendo-se aos comportamentos da criança que possam indicar experiências de vitimização sexual.
 - (D) elabore perguntas que possam ser respondidas com “sim” ou “não”, para a criança compreender com mais clareza e facilidade o que lhe está sendo perguntado.
 - (E) faça uso de instrumentos capazes de conferir maior objetividade e sustentação empírica para as considerações futuras sobre o caso.

- 25.** De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA),
- (A) o adolescente aprendiz deve ter sua matrícula e frequência escolar acompanhadas para garantir a continuidade da sua formação educacional.
 - (B) as condições de trabalho e o vínculo educacional entre a atividade profissional e a formação do aprendiz são determinadas pelos pais ou responsáveis do jovem.
 - (C) o contrato de aprendizagem para adolescentes de 16 anos ou mais pode ser firmado por prazo indeterminado, desde que ultrapasse a maioridade.
 - (D) a jornada de trabalho do aprendiz adolescente pode ter horário inferior ao regular, mas sem direitos trabalhistas.
 - (E) é permitido ao adolescente de 14 anos trabalhar como aprendiz em atividades de qualquer natureza, desde que contribuam para sua formação profissional.
- 26.** A avaliação psicológica por peritos qualificados é uma das possibilidades de produção de prova nos casos de violência sexual. A avaliação psicológica da vítima potencial pode ser solicitada diretamente por
- (A) promotores de Justiça, juízes e responsáveis, no caso de menores.
 - (B) delegados de polícia, promotores de Justiça e juízes.
 - (C) promotores de Justiça, juízes e advogados.
 - (D) desembargadores, procuradores e promotores de Justiça.
 - (E) acusação, defesa e pais ou responsáveis, no caso de menores.
- 27.** André, de 17 anos, foi apreendido após cometer um roubo a mão armada, resultando em grave ameaça à vítima. Durante o processo judicial, ficou comprovado que ele já havia cometido outros atos infracionais graves anteriormente, com aplicação de medida socioeducativa. Tendo em vista esses dados, a medida socioeducativa indicada, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), seria
- (A) advertência, por ser sempre a primeira opção a ser considerada para adolescentes em conflito com a lei.
 - (B) prestação de serviços à comunidade, como forma de desenvolver a empatia do adolescente e compensar os danos causados à sociedade.
 - (C) liberdade assistida pelo período máximo de 6 meses, para que André permaneça no convívio familiar enquanto recebe o necessário acompanhamento psicossocial.
 - (D) semiliberdade pelo período de três meses, como forma de transição para o meio fechado, por se tratar de conduta grave reincidente.
 - (E) internação em estabelecimento educacional, por se tratar de um ato infracional cometido com grave ameaça à pessoa e pela reiteração de infrações graves.
- 28.** Um psicólogo fará a perícia de uma criança de 8 anos de idade, envolvida em uma disputa de guarda particularmente beligerante. Para estabelecer uma boa comunicação com a criança, seguindo as recomendações de Delfos (2001, mencionado em Rossetti, Serrano e Almeida, 2011), o psicólogo deverá
- (A) afirmar um suposto objetivo lúdico do encontro, apontando para a criança que ela pode brincar com o material disponível no ambiente.
 - (B) manter-se em um nível superior ao da criança, indicando-lhe que ela se encontra diante de uma figura de autoridade.
 - (C) deixar claro o objetivo da conversa para a criança, indicando o que se espera dela no contexto em que ela se encontra.
 - (D) procurar manter a conversa no nível verbal, a fim de evitar interpretações subjetivas da conduta da criança.
 - (E) destacar que é muito importante a criança responder ao que o psicólogo lhe perguntar, mesmo que ela prefira não abordar um tema.
- 29.** João e Ana decidiram se divorciar após 10 anos de casamento, depois de um episódio de traição por parte de João. O casal tem uma filha de 8 anos, Clara. Durante o processo de separação, João propôs que a guarda de Clara fosse compartilhada, mas Ana não concordou, alegando que eles não têm um bom relacionamento e que João não é uma pessoa confiável, como prova o histórico de traição e mentiras. João, por sua vez, argumentou que deseja participar ativamente da vida da filha e tem condições de contribuir para o seu bem-estar.
- Diante dessas circunstâncias, assinale a alternativa que contempla o disposto na Lei nº 13.058/2014.
- (A) A guarda será compartilhada porque a Lei nº 13.058/2014 estabelece a obrigatoriedade de uma convivência equilibrada da criança com seus genitores.
 - (B) A guarda será compartilhada ou não, a depender do que for determinado pelo estudo psicossocial de todos os envolvidos.
 - (C) A guarda compartilhada só poderá ser determinada se João e Ana concordarem mutuamente sobre essa modalidade.
 - (D) A guarda será compartilhada, salvo se for comprovado que a convivência com João não corresponde ao melhor interesse de Clara.
 - (E) A guarda será exclusivamente de Ana, pois o relacionamento conflituoso entre os pais e o histórico de traição de João impedem a aplicação da guarda compartilhada.

- 30.** Maria, mãe de Pedro, de 7 anos, acredita que bater no filho como forma de disciplina é um direito dos pais e que isso ajuda a educar a criança. Após uma discussão em que Maria aplica chineladas nas nádegas de Pedro, vizinhos denunciaram o caso ao Conselho Tutelar. Com base na Lei nº 13.010/2014 (Lei Bernardo Boldrini), assinale a alternativa correta.
- (A) Maria deverá ser criminalizada, pois a prática de castigos físicos de qualquer natureza contra crianças é interpretada como violação de direitos humanos.
 - (B) A Lei nº 13.010/2014 se aplica somente a agentes públicos executores de medidas socioeducativas, e não aos responsáveis pela criança.
 - (C) O Conselho Tutelar poderá aplicar medidas protetivas, incluindo orientação a Maria sobre formas não violentas de disciplina.
 - (D) Maria não será responsabilizada pela sua conduta, pois a intenção do ato é de natureza disciplinar, e não agressiva.
 - (E) A Lei nº 13.010/2014 não se aplica a este caso, pois trata apenas de violência que provoque lesões físicas ou danos psicológicos significativos contra a criança.
- 31.** João, de 12 anos, foi acolhido institucionalmente após denúncia de maus-tratos praticados por seu pai. Durante o acolhimento, sua mãe iniciou acompanhamento psicológico e participou de atividades com a equipe de assistência social. Após seis meses, relatórios técnicos indicam melhorias significativas na relação entre João e a mãe, mas revelam que o pai não aderiu ao tratamento e persiste em comportamentos de risco. O Conselho Tutelar recomendou a reintegração de João ao convívio com a mãe, com restrição de contato com o pai.
- Assinale a alternativa que apresenta corretamente como, nessas circunstâncias, a equipe técnica do acolhimento deve proceder.
- (A) Transferir João para outro acolhimento que ofereça maior distanciamento do núcleo familiar problemático.
 - (B) Recusar a reintegração por entender que o ambiente familiar constitui risco para a criança, tendo em vista a natureza da convivência anterior.
 - (C) Planejar a reintegração gradativa de João ao convívio com a mãe, avaliando a adaptação no novo contexto e monitorando possíveis contatos com o pai.
 - (D) Autorizar a reintegração imediata de João ao lar materno, considerando os avanços da mãe e o tempo de acolhimento já transcorrido.
 - (E) Garantir a permanência de João no acolhimento até que ambos os genitores demonstrem condições adequadas para o cuidado integral.
- 32.** Um jovem de 15 anos, insatisfeito com sua aparência, expressa aos pais o desejo de usar brincos para melhorar sua atratividade. Os pais se posicionam fortemente contra o desejo do filho. Nessa situação, com base no ECA e na legislação vigente, o jovem
- (A) pode usar os brincos porque toda pessoa é capaz de direitos na ordem civil e de fazer pleno exercício de sua vontade.
 - (B) não pode usar os brincos porque em termos legais menores de 16 anos são considerados absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
 - (C) não pode usar os brincos porque a personalidade civil que assegura o direito da livre expressão tem início somente aos 16 anos de vida.
 - (D) pode usar os brincos porque é maior de 12 anos e o uso assegura que, por aumentar sua atratividade, trata-se de tema de seu maior interesse.
 - (E) está diante de uma questão judicialmente indeterminada que deve ser resolvida por meio de uma avaliação psicossocial em processo jurídico.
- 33.** Tendo em vista as diferentes configurações que uma família pode assumir, assinale a alternativa que identifica um grupo familiar cujos membros constituam uma família extensa, segundo Silva, Dias e Costa (em Hutz, 2020).
- (A) Um casal com filhos adotivos e um amigo próximo que mora junto com eles e os ajuda nas tarefas domésticas.
 - (B) Um casal sem filhos que vive sob o mesmo teto com um casal de amigos com quem compartilham responsabilidades domésticas.
 - (C) Uma comunidade formada por indivíduos sem laços consanguíneos que optam por viver juntos e dividir despesas.
 - (D) Um indivíduo que vive sozinho e mantém contato frequente com parentes distantes, mas não compartilha o mesmo domicílio.
 - (E) Um grupo composto por pais, filhos, avós e tios que compartilham a mesma residência.

34. Assinale a alternativa que configura uma situação de abandono como forma de violência contra o idoso, conforme entendido por Minayo (2016, citada em Silva, Dias e Costa, em Hutz et al., 2020).
- (A) O idoso é deslocado para um espaço menos adequado na casa, para que seu quarto fique com um parente mais jovem que passará a morar com a família, sem que se considere sua vontade.
 - (B) Um cuidador se mostra um tanto desleixado com a higiene de um idoso que apresenta dificuldades de mobilidade, provocando, nele, assaduras frequentes.
 - (C) A família não administra corretamente a medicação de uso contínuo do idoso, deixando-o alguns dias sem tomar o remédio.
 - (D) O idoso permanece no quarto de sua escolha, mas a família limita sua interação social e visitas, alegando questões de segurança.
 - (E) Após um acidente doméstico, um idoso reluta em ser alocado em um espaço de menor qualidade na residência, mas a mudança ocorre com a justificativa de garantir maior acessibilidade e segurança.
35. Ao descrever o objetivo do relatório psicossocial da avaliação do adolescente infrator, Penso e Conceição (em Hutz et al., 2020) destacam que o documento deve ser construído
- (A) tendo em vista os pontos específicos solicitados pelo juiz a fim de oferecer subsídios relevantes para decisões do Magistrado.
 - (B) com vistas ao potencial intelectual do adolescente infrator avaliado por instrumentos de validade reconhecida.
 - (C) visando à contextualização do ato infracional sob uma perspectiva psicodinâmica voltada para as características psicológicas do adolescente.
 - (D) de modo a ampliar a visão dos atores do Judiciário sobre a fase de desenvolvimento em que se encontra o adolescente.
 - (E) em termos das vulnerabilidades e deficiências do adolescente infrator que demandam intervenção ou correção.
36. Conforme discutido por Sant'Anna e Penso (2018), em *A transmissão geracional da violência conjugal*, diversos fatores podem influenciar a continuidade ou interrupção da violência nas gerações seguintes. Tendo em vista a posição das autoras, assinale a alternativa correta.
- (A) A interrupção da transmissão multigeracional da violência pode ser favorecida por variáveis protetivas interdependentes, como consolidação de uma rede de suporte social eficaz.
 - (B) A homogeneidade dos sistemas e subsistemas das famílias de origem de ambos os cônjuges e suas relações com a violência tendem a reduzir a transmissão da violência multigeracional.
 - (C) A transmissão multigeracional da violência, por sua natureza inconsciente, não pode ser interrompida, tendendo a ser vivenciada no casal de origem e nas gerações futuras oriundas da prole.
 - (D) O Ciclo de Vida Familiar pressupõe que toda família está organizada em um processo evolutivo das suas relações que leva à redução das interações baseadas em estereótipos sociais e familiares.
 - (E) A transmissão da violência multigeracional depende mais das representações de gênero de cada família do que de eventuais desigualdades existentes em nível social quanto às questões de gênero que possam demarcar a construção dos relacionamentos conjugais.
37. Júlia, uma menina de 7 anos de idade, possível vítima de abuso sexual por parte do avô materno, é encaminhada para a realização do depoimento especial. De acordo com o Decreto Federal nº 9.603/2018, que regulamenta a lei nº 13.431/2017, Júlia
- (A) somente poderá opinar sobre o gênero do profissional que a atenderá a partir dos 12 anos de idade.
 - (B) será atendida pelo profissional que for atribuído pelo Magistrado ao atendimento, independentemente do gênero.
 - (C) tem direito de ser consultada acerca de sua preferência em ser atendida por profissional do mesmo gênero.
 - (D) por padrão, será atendida por um profissional de gênero diferente do gênero do potencial agressor.
 - (E) deverá declarar ao Ministério Público sua preferência explícita por ser atendida por um profissional de gênero distinto ao do agressor.

38. Um psicólogo clínico atende Sofia, uma menina de 9 anos, em um processo de psicoterapia. Em uma determinada sessão, a criança relata situações de possível violência sexual. Com base na Lei nº 13.431/2017, nesse caso, o psicólogo deve
- (A) aprofundar a investigação sobre a alegada violência sexual por algumas semanas, antes de informar as autoridades competentes.
 - (B) realizar o depoimento especial durante a sessão, registrando as informações para apresentá-las formalmente às autoridades competentes.
 - (C) entrar em contato com os pais imediatamente para confirmar as informações recebidas, antes de informar as autoridades competentes.
 - (D) realizar um trabalho de mediação entre a criança e seus responsáveis para resolver o problema internamente, sem acionar autoridades externas.
 - (E) comunicar o caso às autoridades competentes sem necessidade de autorização prévia dos pais para que o Ministério Público encaminhe as providências cabíveis.
39. Na obra *Adoção, vínculos e rupturas: do abrigo à família adotiva* (2016), C. Peiter aborda o processo de elaboração do luto pela mãe morta por crianças institucionalizadas, tendo em vista, particularmente, a construção de vínculos futuros. Sobre esse tema, a visão da autora é a de que
- (A) a negação do luto pela mãe morta é uma estratégia comum em crianças institucionalizadas, a ser confrontada somente quando a criança dispuser de formas mais amadurecidas de enfrentamento das dores do passado.
 - (B) a elaboração do luto pela mãe morta requer que a criança seja apoiada a reviver e ressignificar a perda em um contexto terapêutico, de modo a promover um espaço interno para a construção de novos vínculos afetivos.
 - (C) o enfrentamento do luto pela mãe morta consiste em uma ruptura da criança com o seu passado para que ela possa se integrar em um novo ambiente familiar e formar novos vínculos afetivos.
 - (D) a superação do luto pela mãe morta é assegurada por novas experiências de amor e afeto da criança com seus cuidadores, sem necessidade de abordar diretamente sua história pregressa.
 - (E) o processo terapêutico realizado com crianças institucionalizadas em situação de luto deve conduzir à possibilidade de criação de novos vínculos, evitando o contato da criança com a dor associada a perdas e abandono.
40. Rovinski, (em Lourenço, Ortiz e Shine, 2021) aborda a questão da linguagem a ser adotada nos laudos psicológicos, particularmente no contexto pericial. Segundo a autora, a linguagem deve seguir as regras de comunicação técnico-científica, mas também de eficácia. Tendo isso em vista, a autora defende que a linguagem adotada nesses documentos deve
- (A) adotar o padrão culto do idioma, pautando-se por uma linguagem denotativa que utilize um vocabulário universal.
 - (B) trazer metáforas ou linguagem figurada que contribuam para uma compreensão mais profunda do texto.
 - (C) desenvolver uma redação pessoal, na primeira pessoa, a fim de indicar o caráter subjetivo inerente às avaliações psicológicas.
 - (D) evitar trazer dados que foram verbalizados pelo sujeito, a fim de respeitar o pacto de confidencialidade próprio dos atendimentos psicológicos.
 - (E) dispensar o uso de subtítulos, dado que fragmentam a leitura e impedem uma compreensão global do texto apresentado.
41. No *Guia de referência para capacitação em escuta especializada e depoimento especial*, Santos e Gonçalves (2020) comparam a escuta especializada e o depoimento especial, destacando diferenças fundamentais entre as duas práticas.
- Com base nesse material, assinale a alternativa que reflete corretamente essa comparação.
- (A) A escuta especializada ocorre no ambiente judicial e segue rigorosos procedimentos técnicos, enquanto o depoimento especial acontece em espaços informais para garantir maior conforto à criança ou ao adolescente.
 - (B) A escuta especializada e o depoimento especial têm o mesmo objetivo: produzir provas judiciais a partir do relato da criança ou adolescente com suspeita de vitimização sexual ou de outra natureza.
 - (C) A escuta especializada visa colher informações para atendimento e proteção da criança ou adolescente, enquanto o depoimento especial é uma prática judicial voltada para a coleta de provas em processos legais.
 - (D) O depoimento especial é conduzido por profissionais da rede de assistência social, enquanto a escuta especializada é realizada exclusivamente por membros do Poder Judiciário.
 - (E) Tanto a escuta especializada quanto o depoimento especial têm como foco principal o acolhimento da criança ou adolescente, oferecendo-lhe um ambiente seguro para seu relato espontâneo.

42. Na visão de Jean Piaget, um grande avanço no desenvolvimento infantil é o aparecimento da função semiótica, também denominada representacional ou simbólica, que confere à criança a possibilidade de se representar para si mesma e pensar sobre objetos que estão afastados no espaço, e sobre fatos do passado ou do futuro. Essa função surge no início do estágio
- (A) das operações formais.
 - (B) sensório-motor.
 - (C) operatório-concreto.
 - (D) pré-operatório.
 - (E) conceitual-motor.
43. Um psicólogo, durante um atendimento clínico, recebe informações confidenciais de seu cliente. Assinale a alternativa que apresenta a situação em que o Código de Ética do Psicólogo permite que o profissional revele essas informações a terceiros, sem a autorização do cliente.
- (A) Existe um dever legal ou risco de grave violação de direitos.
 - (B) O cliente parece estar mentindo ou distorcendo informações importantes.
 - (C) Familiares próximos do cliente solicitam as informações.
 - (D) Nenhuma, pois o sigilo é absoluto e não pode ser quebrado em qualquer circunstância.
 - (E) O psicólogo julga que a divulgação será benéfica para o cliente.
44. Durante uma avaliação psicológica solicitada pelo tribunal, Maria, psicóloga responsável pelo caso, recebe um pedido de um dos advogados para compartilhar os resultados iniciais do Teste de Rorschach antes da conclusão do laudo com base nesse e em outras técnicas de avaliação psicológica. O advogado afirma que a informação será utilizada para preparar a defesa do cliente.
- Com base no Código de Ética do Psicólogo (2005) e nas práticas profissionais adequadas, Maria deve
- (A) solicitar autorização judicial para compartilhar os resultados preliminares com o advogado, respeitando o direito de defesa do cliente.
 - (B) recusar o pedido do advogado, informando que os resultados só poderão ser apresentados no laudo final, respeitando a confidencialidade e o contrato inicial.
 - (C) atender à solicitação do advogado, uma vez que o pedido não envolve a divulgação dos resultados finais a terceiros.
 - (D) compartilhar os resultados do Rorschach apenas com o cliente avaliado, garantindo seu direito de acesso às informações sobre si mesmo.
 - (E) fornecer os resultados preliminares ao advogado, desde que o cliente autorize formalmente a liberação das informações.
45. Segundo H. Zehr, na obra *Justiça Restaurativa* (2012), essa modalidade de aplicação da justiça
- (A) prevê o encontro face a face entre vítima e ofensor como única forma de promover a responsabilização pelo crime cometido.
 - (B) identifica os termos sociedade e comunidade, uma vez que um delito atinge a todos, de forma direta ou indireta.
 - (C) não reconhece a necessidade de autoridades externas e decisões cogentes para a aplicação da justiça em sentido amplo.
 - (D) tem em seu cerne a intenção de trazer justiça para aqueles que de alguma forma transgridam os códigos de conduta de uma dada comunidade.
 - (E) tem tentado se concentrar nas microcomunidades mais diretamente afetadas pelas ofensas.
46. Um psicólogo entrevista um indivíduo com marcantes traços narcisistas e antissociais, o que em dados momentos provoca, nele, sentimentos bastante negativos em relação ao entrevistado. Na visão de José Bleger (2011), nessa situação é recomendável que o psicólogo procure
- (A) apontar para o entrevistado como suas atitudes autocentradas prejudicam as relações que mantém com o meio social.
 - (B) se concentrar na obtenção de dados da vida do entrevistado, a fim de sustentar a atitude objetiva diante do outro.
 - (C) observar quando ocorrem esses sentimentos e registrá-los como emergentes da situação presente e das reações que o entrevistado provoca.
 - (D) se desconectar de seus sentimentos hostis, de modo a manter a escuta compreensiva do entrevistado.
 - (E) flexibilizar o enquadramento de modo a promover outras formas de atitude por parte do entrevistado em suas interações.
47. Luísa solicita a Matheus, psicoterapeuta de seu filho Gael, de 14 anos, que atue como assistente técnico no processo de regulamentação da guarda e regime de visitação que move contra o ex-marido. Nessas circunstâncias, de acordo com a Resolução CFP nº 008/2010, Matheus
- (A) poderá atuar como perito ou assistente técnico, uma vez que sua atuação junto a Gael não se dá no contexto jurídico.
 - (B) poderá decidir, de acordo com o que considerar mais adequado, segundo o princípio da atuação de menor prejuízo para Gael.
 - (C) não poderá atuar como perito ou assistente técnico na causa porque ele atende um terceiro envolvido na mesma situação litigiosa.
 - (D) não poderá atuar como perito na causa, mas poderá atuar como assistente técnico, uma vez que já existe um vínculo constituído entre ele e a parte contratante.
 - (E) poderá atuar como perito ou assistente técnico, desde que ambas as partes estejam de acordo.

48. Letícia, psicóloga perita em um processo de regulamentação de guarda e de regime de visitas, elabora um laudo pericial psicossocial envolvendo pai, mãe e filha. Mirele, assistente técnica paterna, não concorda com as conclusões da perita. Nesse caso, de acordo com as Resoluções CFP nº 008/2010 e nº 006/2019, cabe a Mirele elaborar
- (A) um parecer restrito à análise do estudo psicológico resultante da perícia, com quesitos que possam esclarecer pontos não contemplados ou contraditórios.
 - (B) uma declaração, manifestando seus questionamentos em relação às conclusões obtidas pela psicóloga perita.
 - (C) uma petição, solicitando a impugnação do laudo pericial elaborado pela perita psicóloga.
 - (D) um relatório, resultante da análise minuciosa dos autos, que comprove suas próprias conclusões em oposição às conclusões da perita.
 - (E) um laudo paralelo a partir de entrevistas com os envolvidos, de modo a contestar as conclusões da perita.
49. Na visão de Oliveira, Moreira e Natividade (em Soares e Moreira, 2020), a atuação dos psicólogos no campo jurídico
- (A) migrou gradativamente para uma posição crítica que engendra a construção de novas formas de saber e de fazer psicologia junto ao direito.
 - (B) tem se mostrado um tanto errática, sendo determinada muito mais pelas expectativas de juízes e advogados do que pela qualificação técnica dos profissionais psicólogos.
 - (C) tem se caracterizado por uma perspectiva voltada para os desvios da lei, em oposição aos desvios da norma, assegurando um caráter mais objetivo em suas contribuições no contexto jurídico.
 - (D) continua sendo a confecção de laudos e pareceres, pressupondo que, nessa interface, cabe ao psicólogo uma atividade basicamente avaliativa e de subsídios aos operadores da justiça.
 - (E) encontra-se mobilizada para a construção de práticas de resistência diante da captura das subjetividades pela judicialização, patologização, medicalização, internação e criminalização dos visados pelo sistema.
50. A psicóloga Joana é uma terapeuta que atende uma criança institucionalizada a ser adotada por uma família. Inicialmente, o vínculo entre a criança e a terapeuta foi positivo, mas, em determinado momento do processo, a criança passou a demonstrar comportamentos de hostilidade e a atribuir à terapeuta um caráter ameaçador. Com base na obra *Adoção: Vínculos e Rupturas*, de C. Peiter (2016), diante dessa situação, a terapeuta deve
- (A) reconhecer a impossibilidade de prosseguir com o atendimento e encaminhar a criança para outro profissional, pois a aliança terapêutica foi rompida.
 - (B) minimizar a reação da criança, redirecionando rapidamente o foco da terapia para a preservação do vínculo positivo imaginário com a nova família.
 - (C) interpretar os comportamentos hostis da criança como resistência ao processo de adoção e tentar corrigi-los adotando postura mais diretiva.
 - (D) retomar o controle da situação enfatizando seu papel como figura de autoridade, reafirmando limites e regras para restaurar o vínculo de confiança com a criança.
 - (E) oferecer-se como alvo das hostilidades, pois é desejável que a criança expresse seus sentimentos agressivos no ambiente terapêutico.
51. Em um caso de negligência por parte dos responsáveis, uma criança foi afastada do convívio familiar por ordem jurídica. Assinale a alternativa que contém a medida que reflete uma aplicação adequada, nessas circunstâncias, prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, uma vez que a criança tenha sido afastada.
- (A) Determinação de encaminhamento para adoção, com prazo de um ano para avaliação de reintegração familiar.
 - (B) Aplicação de medida socioeducativa aos responsáveis, como forma de reparação pela negligência.
 - (C) Prestação de serviços comunitários pelos responsáveis pelo prazo de seis meses, após os quais a criança será reinserida no meio familiar.
 - (D) Acolhimento institucional da criança, com elaboração de um plano individual de atendimento voltado para a reinserção no ambiente familiar ou outra solução prevista.
 - (E) Colocação da criança ou adolescente em família substituta, sem garantia do exercício do contraditório aos responsáveis.

- 52.** De acordo com a Resolução CFP nº 09, de 18 de julho de 2024, que regulamenta o exercício profissional da Psicologia, mediado por Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC),
- (A) a partir de 30 de agosto de 2024, é obrigatório que psicólogas e psicólogos realizem cadastro na plataforma e-Psi para oferecer atendimentos mediados por TDIC.
 - (B) o cadastro na plataforma e-Psi para atendimentos psicológicos online foi eliminado e foram revogadas resoluções anteriores sobre o tema.
 - (C) o uso de TDIC não exige cadastro porque a plataforma e-Psi se limita a contextos de emergência, não permitindo atendimentos online em situações regulares.
 - (D) a opção pelo cadastro na plataforma e-Psi fica a cargo do próprio psicólogo, com base em seu grau de domínio da tecnologia envolvida.
 - (E) profissionais de outras áreas podem oferecer serviços psicológicos mediados por TDIC, desde que se cadastrem na plataforma e-Psi.
- 53.** Na visão de Soares e Grassi-Oliveira (em Azambuja e Ferreira, 2011), ao realizar uma entrevista forense com uma criança supostamente vítima de abuso sexual, o entrevistador deve ter em mente que os objetivos da entrevista forense
- (A) são restritos, porque a criança não tem responsabilidade civil.
 - (B) são os mesmos de uma entrevista terapêutica.
 - (C) consistem em preparar a criança para o depoimento especial.
 - (D) desaconselham o uso de protocolos estruturados para sua realização.
 - (E) se limitam à coleta de fatos sobre o caso.
- 54.** Segundo Telles, Teitelbaum e Day (em Azambuja e Ferreira, 2011), ao avaliar um indivíduo suspeito de conduta pedofílica no contexto jurídico, é importante considerar
- (A) o abuso sexual como fato jurídico e não como diagnóstico psiquiátrico.
 - (B) a condição de imputabilidade própria desse grupo de compulsivos.
 - (C) perfis psicológicos típicos de pedófilos, apontados na literatura da área.
 - (D) a possibilidade de ausência de consequências, na vítima, desse tipo de agressão.
 - (E) a utilização de instrumentos direcionados para esse fim, como a escala Hare (PCL-R).
- 55.** Butler (2003, mencionada em Uziel, Nunes & Brandão, 2023) postula que gênero deve ser pensado dentro do que ela chama de “matriz de inteligibilidade”. Tal matriz é constituída pelos termos:
- (A) carga genética, desenvolvimento psíquico, adequação social.
 - (B) nível biológico, nível psicológico, nível social.
 - (C) gênero, sexo e desejo sexual/práticas sexuais.
 - (D) emocionalidade, racionalidade, normatividade.
 - (E) corpo, identidade de gênero, performatividade.
- 56.** De acordo com a Resolução CFP nº 008/2020, quanto à possibilidade de quebra de sigilo profissional para assegurar o menor prejuízo, proceder a notificações compulsórias, depor em juízo e em outros casos previstos pela Lei relacionados à violência de gênero, o psicólogo deverá indicar dados sigilosos
- (A) apenas em formulários, sistemas e equipamentos de políticas públicas correspondentes que assegurem o sigilo de informações.
 - (B) em comum acordo com o periciando, selecionando, com ele, os dados que poderão ser divulgados.
 - (C) sob o formato de petição a constar nos autos, por se tratar de violência envolvendo questões de sexualidade e gênero.
 - (D) em audiência privativa com o Magistrado, na presença apenas dos advogados e assistentes das partes envolvidas.
 - (E) sob a forma de depoimento gravado e enviado ao Ministério Público, que assegurará a confidencialidade das informações prestadas.
- 57.** Durante a avaliação psicológica de uma criança em situação de suspeita de violência sexual, é fundamental identificar sinais decorrentes de possíveis abusos e a presença de transtornos infantis que costumam estar associados. Segundo Falcke (em Hutz et al, 2020), o transtorno mental mais associado a abuso sexual infantil, chegando a acometer 50% das vítimas, é
- (A) transtorno de depressão maior.
 - (B) depressão associada a sentimentos de culpa.
 - (C) transtorno de estresse pós-traumático.
 - (D) crises de ansiedade generalizada.
 - (E) transtorno antissocial.

58. Durante uma sessão de terapia, Murilo, um senhor de 67 anos, casado, com filhos, revela ao psicólogo que esconde sua orientação sexual de sua família desde a juventude e que gostaria de revelá-la aos familiares, mas teme a rejeição. Com base nas Resoluções CFP nº 001/1999 e nº 008/2020, o psicólogo deve

- (A) orientar Murilo a revelar sua orientação sexual à família, destacando a necessidade de usufruir de sua sexualidade pelo tempo de vida que lhe resta.
- (B) voluntariar-se para informar a família sobre a orientação sexual de Murilo, a fim de poupá-lo das reações emocionais que tal revelação provocaria.
- (C) sugerir uma terapia de reorientação sexual para ajudá-lo a se conformar às expectativas de sua família e da sociedade.
- (D) oferecer um espaço de acolhimento e escuta, respeitando seu tempo e decisões, e reforçando o direito de vivenciar sua orientação sexual de forma autêntica.
- (E) explorar, junto a Murilo, a possibilidade de que ele estabeleça uma relação homossexual paralela à vida familiar para vivenciar sua sexualidade.

CONHECIMENTOS GERAIS

ATUALIDADES E DEVERES DOS SERVIDORES PÚBLICOS

59. Seis anos após o desastre de Brumadinho (MG) causado pelo rompimento da barragem da mineradora Vale, a população ainda sofre seus reflexos. Um estudo da Fiocruz Minas e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) revelou, no dia 24 de janeiro de 2025, que crianças de até seis anos tiveram um aumento na exposição a metais tóxicos no período de 2021 a 2023. As amostras de urina revelam que 100% das crianças apresentam resultado positivo em relação a presença de pelo menos um metal tóxico.

(Exame. <https://abrir.link/KIMSa>. Adaptado)

O metal que apresentou os níveis mais elevados nas amostras, com valores acima do limite de referência, passou de 42%, em 2021, para 57%, em 2023. Esses índices referem-se ao

- (A) chumbo.
- (B) arsênio.
- (C) manganês.
- (D) mercúrio.
- (E) cádmio.

60. Um estudo do Unicef revelou que, em 2024, mais de 242 milhões de crianças e adolescentes, de 85 países, tiveram suas rotinas escolares interrompidas. O relatório, divulgado nesta quinta-feira (23.01.2025), no Dia da Educação, afirma que o Brasil é um dos países mais afetados, com 1,17 milhão de estudantes prejudicados.

(Exame. <https://shre.ink/bLOS>. Adaptado)

Segundo o Unicef, o motivo determinante relacionado ao prejuízo das rotinas escolares foi

- (A) a fome endêmica das populações carentes.
- (B) o aumento dos casos de dengue.
- (C) a ocorrência de eventos climáticos extremos.
- (D) a falta de investimento na área educacional.
- (E) a pandemia de covid-19.

61. Considere que José, prefeito do Município ABC, nomeou sua filha, Francisca, para ocupar um cargo em comissão no âmbito da secretaria de saúde do referido município, pois ela é médica.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei de Improbidade Administrativa, é correto afirmar que

- (A) o ato praticado por José exige, além do dolo, lesividade relevante ao bem jurídico tutelado para ser passível de sancionamento e independe do reconhecimento da produção de danos ao erário e de enriquecimento ilícito dos agentes públicos.
- (B) José cometeu ato de improbidade administrativa, que causa prejuízo ao erário, o qual resta configurado independentemente da existência de dolo por parte do prefeito.
- (C) se configurará improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sendo prescindível a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte de José.
- (D) com base na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, haverá improbidade administrativa, ainda que não seja comprovado na conduta funcional do agente público o fim de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade.
- (E) a conduta de José apenas caracterizará improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública se comprovado o enriquecimento ilícito de Francisca, o que admite a comprovação por qualquer meio de prova.

62. Suponha que Luciana é servidora pública vinculada ao Poder Executivo do Estado de São Paulo e é notoriamente reconhecida, no meio acadêmico e especializado, por dominar temas de Direito Internacional. Em função de sua qualificação técnica, ela recebeu uma proposta de representação de Estado estrangeiro, que foi aceita, sem prévia autorização do Presidente da República.

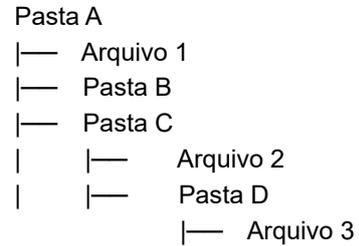
Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.

- (A) A autoridade que, por qualquer meio, tiver conhecimento de irregularidade praticada por Luciana adotará providências visando à sua apuração em até 60 (sessenta) dias.
- (B) Luciana apenas teria violado dever legal se tivesse aceitado a proposta sem prévia anuência do Governador do Estado de São Paulo, sendo a autorização do Presidente da República dispensável.
- (C) Em face da liberdade individual garantida pelo ordenamento jurídico brasileiro, Luciana não incidiu em qualquer proibição constante na legislação.
- (D) A autoridade realizará apuração preliminar, de natureza simplesmente investigativa, quando a infração não estiver suficientemente caracterizada ou definida autoria, a qual deverá ser concluída no prazo de 90 (noventa) dias.
- (E) A autoridade competente para determinar a apuração de irregularidade e a instauração de sindicância ou processo administrativo e a responsável por sua condução poderão, em qualquer fase, encaminhar o caso para as práticas autocompositivas, mediante despacho fundamentado.

63. A respeito do Procedimento Disciplinar, assinale a alternativa que está de acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo.

- (A) A citação do acusado será feita pessoalmente, no mínimo 02 (dois) dias antes do interrogatório, por intermédio do oficial de justiça.
- (B) O servidor que tiver de depor como testemunha fora da sede de seu exercício, terá direito a transporte e diárias na forma da legislação em vigor, podendo ainda expedir-se precatória para esse efeito à autoridade do domicílio do depoente.
- (C) O processo administrativo deverá ser instaurado por despacho, no prazo improrrogável de 07 (sete) dias do recebimento da determinação.
- (D) Não apresentadas no prazo as alegações finais, o presidente intimará novamente o acusado, assinando-lhe novo prazo de 48 (quarenta e oito) horas para apresentar defesa, sob pena de incidência dos efeitos da revelia.
- (E) Decorridos 05 (cinco) anos de efetivo exercício, contados do cumprimento da sanção disciplinar, não mais poderá aquela ser considerada em prejuízo do infrator, exceto para efeito de reincidência.

64. Considere a seguinte estrutura de pastas e seus conteúdos, totalmente expandidos, em um computador com Microsoft Windows 10, em sua configuração original, onde as pastas estão com o nome de Pasta X e os arquivos estão com o nome de Arquivo X (no qual X é representado por uma letra ou número):



Assinale a alternativa que indica, corretamente, o elemento dentro da Pasta A que, se selecionado e o usuário pressionar CTRL+C, irá copiar a maior quantidade de elementos para a Área de Transferência.

- (A) Pasta D
- (B) Arquivo 1
- (C) Arquivo 2
- (D) Pasta C
- (E) Pasta B

65. Considere a seguinte planilha, criada no Microsoft Excel 365, em sua configuração padrão:

	A	B	C	D
1	Despesa	Categoria	Valor	
2	Luz	Fixas	200,00	
3	Água	Variáveis	150,00	
4	Aluguel	Fixas	2.500,00	
5	Internet	Fixas	120,00	
6	Impostos	Variáveis	350,00	
7			2.500,00	
8				

A célula C7 contém uma função, cujo resultado é 2.500,00.

Assinale a alternativa com a função que apresenta esse resultado.

- (A) =SOMASE(A2:A6;"Aluguel";C2:C6)
- (B) =PROCURAR(A2:A6;"Aluguel";C2:C6)
- (C) =SOMA(C2:C6;C4)
- (D) =PROCV(2500;A1:C6;3;FALSO)
- (E) =SOMARPRODUTO(C2:C6;A2:A6;"Aluguel")

66. Tem-se a seguinte mensagem de correio eletrônico enviada e recebida com sucesso, com as seguintes características:

De: Alexandre
Para: Lucia, Andre
Cc: Rafael, Ricardo
Cco: Viviane

Considerando que todos os usuários utilizam Microsoft Outlook 365 em sua configuração padrão, assinale a alternativa que indica quem estará no campo Cco da mensagem de correio preparada automaticamente pelo Outlook quando Lucia clicar em Responder a Todos.

- (A) Rafael, Ricardo e Viviane, apenas.
- (B) Rafael e Ricardo, apenas.
- (C) Alexandre, apenas.
- (D) Viviane, apenas.
- (E) Nenhum usuário.

RACIOCÍNIO LÓGICO E MATEMÁTICA

67. Uma afirmação logicamente equivalente à afirmação:

‘Se o argumento é complexo ou falho, então o convencimento corre sérios riscos’, é

- (A) Se o convencimento corre sérios riscos, então o argumento não é complexo ou não é falho.
- (B) Se o convencimento não corre sérios riscos, então o argumento é complexo e não é falho.
- (C) Se o convencimento não corre sérios riscos, então o argumento não é complexo e não é falho.
- (D) Se o convencimento não corre sérios riscos, então o argumento não é complexo ou não é falho.
- (E) Se o convencimento não corre sérios riscos, então o argumento não é complexo e é falho.

68. A sequência a seguir utiliza apenas seis letras e foi criada com um padrão lógico, de maneira que uma subsequência dessas letras se repete periodicamente, e esse período tem menos de 45 letras:

F G H J K G H J K L H J K L F J K L F G K L F G H L F G
H J F G H J K G H J K L H J K L F ...

A subsequência formada por cinco dessas letras, na ordem em que aparecem, cujas letras correspondem às letras que estão da 50ª a 54ª posições da sequência original, é

- (A) G H L F G
- (B) G K L F G
- (C) F J K L F
- (D) F G H L F
- (E) H J K L H

69. Uma família repartiu certa quantia em duas partes, sendo que $\frac{3}{5}$ foram destinados a gastos imediatos e o restante a aplicações bancárias. Da parte destinada a gastos imediatos, $\frac{1}{3}$ foi usado para pagar as despesas com saúde, educação e transporte, e $\frac{5}{8}$ foram para o pagamento de despesas com a casa e alimentação, de maneira que sobraram, dessa parte, R\$ 345,00. Da parte destinada a aplicações bancárias, $\frac{5}{12}$ foram para um investimento de curto prazo e o restante para um investimento de longo prazo.

A quantia que foi destinada ao investimento de longo prazo foi

- (A) R\$ 3.220,00.
- (B) R\$ 2.715,00.
- (C) R\$ 3.185,00.
- (D) R\$ 4.030,00.
- (E) R\$ 4.140,00.

70. A tabela mostra, em relação a três jogadores, apenas alguns dados referentes ao número de lançamentos de uma bola de basquete, o número de acertos e a razão número de acertos por número de lançamentos, de cada um deles.

Jogadores	Nº de lançamentos (L)	Nº de acertos (A)	Razão: A/L
P	60		$\frac{3}{4}$
R		44	$\frac{11}{16}$
T	56		$\frac{5}{8}$

Considerando a totalidade dos lançamentos e acertos dos três jogadores, a razão A/L corresponde a valor entre

- (A) 54% e 58%
- (B) 62% e 66%
- (C) 50% e 54%
- (D) 66% e 70%
- (E) 58% e 62%

